

PROCESSO: 00002284.989.21-7 ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARATINGA INTERESSADO(A): PREFEIRA: ANA LUCIA BILARDI SIEGHEIL ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID-19 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 6999.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Maio/2021 (evento 77.3), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nºs 13.179/2010 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2020, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00003411.989.20-5 ORGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA MARIZA CARDOSO DE M. HUMMEL ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 Notifico novamente os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 16.16) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003483.989.20-8 INTERESSADOS CAMARA MUNICIPAL DE IACANGA PRESIDENTES DA CÂMARA: WGNER ROGÉRIO DOS SANTOS LUIZ (de 1/01 a 15/05 e de 11/07 a 31/12/2020) e Leonel Roma (de 16/05 a 10/07/2020) ADVOGADA: STEFANIA GOMES MENA (OAB/SP 199.899.00) ASSUNTO: Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-02 Após regular notificação e apresentação de esclarecimentos pela Origem no evento 28.1, o douto MFC suscitou questão referente à devolução dos duodécimos equivalente a 30,12% do total das receitas recebidas (Item B.1.1, fl. 4, evento 18.30), caracterizando possível ausência de adequado planejamento orçamentário, em inobservância ao artigo 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e ao caput do artigo 18.30, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, em homenagem ao contraditório e à ampla defesa. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003524.989.20-9 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE LAVÍNIA PRESIDENTE DA CÂMARA: MÁRCIO JOSÉ DIAS ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-15 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 13.5) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003717.989.20-6 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ PRESIDENTE DA CÂMARA: HAROLD DE MAYO BERNARDES ADVOGADO: CONRADO LEAO CERONI (OAB/SP 314.977) ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-04 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 12.26) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00005073.989.18-8 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAREMA PRESIDENTES DA CÂMARA: REINALDO DE OLIVEIRA (à época) e SIMONE MATIAS RODRIGUES (atual Presidente) ADVOGADOS: ALEXSANDRE MASSARANA DA COSTA (OAB/SP 271.883) / RENATA ENVOICI CARA (OAB/SP 374.228) ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-04 Evento 80.1. Defiro o pedido nos termos requeridos, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00012582.989.20-8 INTERESSADO(A): CLEIDE BAUBAI EID BOCHIMO ADVOGADO: ROGÉRIO CÉSAR GAOZIO (OAB/SP 236.274) / ROGÉRIO CAVANHA BABICHAC (OAB/SP 253.526) / RODRIGO GAIOTTO ARONCHI (OAB/SP 236.957) / ERIC TORRES BRAVOS (OAB/SP 308.141) / LARISSA PIOVEZAN MERLO (OAB/SP 265.366) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Evento nº 93.1. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00016223.989.20-3 INTERESSADO(A): CLEIDE BAUBAI EID BOCHIMO ADVOGADO: ROGÉRIO CÉSAR GAOZIO (OAB/SP 236.274) / ROGÉRIO CAVANHA BABICHAC (OAB/SP 253.526) / RODRIGO GAIOTTO ARONCHI (OAB/SP 236.957) / ERIC TORRES BRAVOS (OAB/SP 308.141) / LARISSA PIOVEZAN MERLO (OAB/SP 265.366) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Evento nº 90.1. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00017317.989.20-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS ADVOGADOS: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) CONTRATADA: AEA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. INTERESSADO: ANTONIO CARLOS DEFAVARI. ASSUNTO: Termo Aditivo nº 021/2020, firmado em 06/05/2020. Objeto: Aditamento no valor de R\$ 3.081.50. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-10 PROCESSO PRINCIPAL: 18273.989.19-4 PROCESSO: 00017317.989.20-8 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS. ADVOGADOS: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). CONTRATADA: AEA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. INTERESSADO: ANTONIO CARLOS DEFAVARI. ASSUNTO: Termo Aditivo nº 022/2020, firmado em 06/05/2020. Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-10 PROCESSO PRINCIPAL: 18273.989.19-4 Eventos 36.1 e ambos os processos. Defiro o pedido, nos termos requeridos, declarando prejudicada a determinação constante dos eventos 33.1.

Publique-se.
PROCESSO: 00017356.989.20-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. ADVOGADOS: CRISTOVÃO GOMES MARQUES SILVA (OAB/SP 395.983) / MICHELE DE OLIVEIRA ALVES (OAB/SP 394.489). CONTRATADO: INSTITUTO DE APOIO A POLITICAS PUBLICAS IAPP ADVOGADOS: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 444.821) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821). INTERESSADOS: DELCIO JOSE SATO, ANA CRISTINA ELIAS LOURENCO. ASSUNTO: Dispensa de Licitação 15/2020. Processo Administrativo 5175/2020. Contrato 33/2020, de 15/06/2020. OBJETO: Contratação dos serviços para adaptação de espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Ubatuba para funcionamento de hospital de campanha e sua gestão, incluindo equipamento, insumos, contratação de

profissionais em razão da calamidade pública em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - Covid-19, conforme termo de referência EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSOS EPENDENTES: 00017374.989.20-0, 00005177.989.21-7 PROCESSO: 00017374.989.20-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. CONTRATADO: INSTITUTO DE APOIO A POLITICAS PUBLICAS IAPP ADVOGADOS: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 444.821) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821). INTERESSADOS: DELCIO JOSE SATO, ANA CRISTINA ELIAS LOURENCO. ASSUNTO: Acompanhamento da execução contratual. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 17356.989.20-2 PROCESSO: 00005177.989.21-7 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. CONTRATADO: INSTITUTO DE APOIO A POLITICAS PUBLICAS IAPP ADVOGADOS: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 444.821) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821). INTERESSADOS: DELCIO JOSE SATO, ANA CRISTINA ELIAS LOURENCO. ASSUNTO: 1º Termo Aditivo de 06/07/2020. Finalidade: Retificação da cláusula sexta do Contrato 33/2020. Vigência: Inalterada. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 17356.989.20-2 A vista do pedido formulado pelo contratado e para que não se apegue violação dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, concedo aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se.
PROCESSO: TC-025469.989.19-8 INTERESSADA: ELISÂNGELA GOMES CURI ADVOGADAS: TAMIRES APARECIDA DE MIRANDA THOMÉ - OAB/SP Nº 433.161 E FLAVIA CRISTINA DE MIRANDA THOMÉ OAB/SP Nº 436.273 (EVENTO Nº 73.2) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Evento nº 83.1. Concedo o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELA CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Expediente: TC-013071/989/21-4.
Representante: Terceservidores Técnicos EIRELI -ME.
Representada: Câmara Municipal de Louveira.
Responsável pela Representada: José Marcos Rodrigues de Oliveira - Presidente.

Assunto: Representação em face do edital de Pregão Presencial nº 02/2021, processo nº 51/2021, do tipo menor preço global, promovido pela Câmara Municipal de Louveira, objetivando a Contratação de solução tecnológica voltada para quantificação, certificação, integridade e qualidade dos documentos oficiais produzidos e gerenciados através de Software, com auditoria e consultoria, conforme especificação do Termo de Referência.

Sessão pública: 14/06/2021 às 10:00 horas.
Valor estimado: R\$ 369.979,95.
Advogados: Renato Carlos da Silva Junior (OAB/SP 329.407); Ricardo dos Santos Martins (OAB/SP 276.347).

Vistos.
1.1. RELATÓRIO
1.1.Trata-se de representação de TERCESERVIS SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI -ME em face do edital de Pregão Presencial nº 02/2021, processo nº 51/2021, do tipo menor preço global, promovido pela CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, objetivando a Contratação de solução tecnológica voltada para quantificação, certificação, integridade e qualidade dos documentos oficiais produzidos e gerenciados através de Software, com auditoria e consultoria, conforme especificação do Termo de Referência.

A sessão pública está marcada para ocorrer no dia 14/06/2021, às 10:00 horas.
1.2.A Representante se insurge contra a não observância da súmula nº 24 na exigência de demonstração da qualificação técnica operacional e aponta a falta de indicação dos itens que serão verificados na Prova de Conceito.
Crítica a adjudicação do objeto pelo critério do menor preço em função do que dispõe o artigo 45, §4º da Lei 8.666/93 e o fato de o edital ter sido suscitado pelo pregoeiro.

1.3.Nestes termos, requer a Representante seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e o processamento da matéria como exame prévio de edital.

É o relatório.
2.1.DECIDIO
2.1.A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos da Representante nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 22º do Regimento Interno.

2.2.A concessão da medida liminar de suspensão do certame é ato que se impõe neste momento para permitir a análise das possíveis impropriedades trazidas na representação, especialmente diante do exame sumaríssimo do processamento do Exame Prévio de Edital, de cognição não plena do ato convocatório.

2.3.Neste sentido, entre as questões apresentadas, a insurgença que aponta a falta de indicação dos itens que serão avaliados na Prova de Conceito denota possíveis omissões no ato convocatório que não se conformam ao tratamento que a jurisprudência recente deste E. Tribunal tem dado ao tema.

As decisões desta Corte tem reiterado entendimentos no sentido de que devem ser expressamente selecionados para demonstração na Prova de Conceito apenas os recursos técnicos essenciais da solução proposta, definindo-se objetivamente os critérios de avaliação e divulgando-se previamente a identificação dos membros da Comissão responsável pela avaliação dos sistemas e os correspondentes cargos e funções.

Neste contexto, verifico que há indícios suficientes de desconformidade aos preceitos dos artigos 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/93.

2.4. Deste modo, entendo que a questão em destaque mostra-se suficiente para uma intervenção desta Corte, com o intuito de suspender o prosseguimento do certame, para análise da matéria em sede de exame prévio de edital.

2.5.Além das insurgenças trazidas pela Representante, REQUISITO DA Editalidade que apresente esclarecimentos, documentos e justificativas para os seguintes aspectos:

2.5.1.Esclarecer a possível aglutinação de fornecimento de softwares com serviços de auditoria e consultoria, considerando o que prescreve o artigo 23, §1º da Lei 8.666/93, demonstrando a existência de ampla oferta no mercado dos serviços dimensionados no ato convocatório.

2.5.2.Justificat a necessidade da contratação deste objeto e identificar o servidor ou profissional técnico responsável pela estruturação do objeto do certame, conforme o Termo de Referência;

2.5.3.Demonstrar a economicidade da despesa estimada e a compatibilidade com os preços de mercado, mediante apresentação dos orçamentos obtidos na fase preparatória do certame.

2.6.Ante o exposto, tendo em conta que a data de abertura da sessão pública está marcada para o dia 14/06/2021, com fundamento no artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO A IMEDIATA PARALISAÇÃO DO PROCEDIMENTO, até a ulterior deliberação por esta Corte, devendo a Comissão de Licitação abster-se da realização ou prosseguimento de qualquer ato a ele relacionado, ressalvada

a possibilidade de revogação ou anulação do procedimento, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93.

2.7.Em prazo máximo de 05 (cinco) dias à CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA para que apresente cópia integral do Edital e dos seus Anexos, para o exame previsto no artigo 113, §2º, da Lei nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do Edital acostada aos autos pela Representante corresponde fielmente à integralidade do Edital original.

Cabrerá à Administração, no mesmo prazo, apresentar as alegações e esclarecimentos que julgar oportunos em relação a todas as insurgenças levantadas na representação.
Alerto que o não atendimento à requisição de remessa de cópia do Edital (ou confirmação de autenticidade da cópia trazida pelo representante) poderá implicar na cominação das sanções do artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93 c.c. artigo 224, inciso I, do Regimento Interno desta Corte.

Na hipótese de a Representada exercer a prerrogativa de anular ou revogar o procedimento licitatório em exame, nos termos das Súmulas nºs 346 e 473 do C. STJ, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, para a espécie dos autos, deverá encaminhar o parecer devidamente fundamentado, com aprovação do responsável competente do órgão, bem assim a respectiva publicação do ato de revogação ou anulação na imprensa oficial, sendo que, a ausência do atendimento desta determinação, incidirá igualmente na aplicação de sanção nos termos dos artigos supracitados.

Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados.

Transcorrido o prazo concedido para o oferecimento de justificativas, encaminhem-se os autos para manifestação da Assessoria Técnica e do d. Ministério Público de Contas.

Publique-se.
Processo: TC-011780.989.21-6.
Representante: Adriano de Souza Lustosa.
Representada: Prefeitura Municipal de Itapira.

Responsáveis: Antônio Hélio Nicolai – Prefeito.
Assunto: Representação contra edital do Pregão Eletrônico nº 04/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Itapira, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor Estimado: Não divulgado.

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013); Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092); Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845); Ana Carolina Gomes Moraes (OAB/SP nº 415.242).

Vistos.
1.1. RELATÓRIO
1.1.Trata-se de representação de ADRIANO DE SOUZA LUSTOSA contra edital do Pregão Eletrônico nº 04/2021, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.
1.2.A Representada requer nova prorrogação do prazo fixado para a apresentação de justificativas por 48 (quarenta e oito) horas.
É o relatório.
2.1.DECIDIO
2.1.Defiro a prorrogação de prazo requerida.

Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELA CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Expediente: TC-013181/989/21-1.
Representante: Bruno de Oliveira França.
Representada: Prefeitura Municipal de Macatuba.

Responsável pela Representada: Anderson Ferreira – Prefeito.
Assunto: Representação em face do edital nº 34/2021, referente à Concorrência pública nº 01/2021, processo nº 359/2021, do tipo técnica e preço, promovida pela Prefeitura Municipal de Macatuba, objetivando a contratação de serviços técnicos especializados em engenharia para Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Sistema Comercial e Prestação de Serviços Especializados do Município.
Sessão pública: 16/06/2021 às 08:30 horas.
Valor estimado: R\$ 3.507.792,00.
Advogados: Não constam advogados habilitados no e-tcep.

Vistos.
1.1. RELATÓRIO
1.1.Trata-se de representação de BRUNO DE OLIVEIRA FRANÇA em face do edital nº 34/2021, referente à Concorrência pública nº 01/2021, processo nº 359/2021, do tipo técnica e preço, promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA, objetivando a contratação de serviços técnicos especializados em engenharia para Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, do Sistema Comercial e Prestação de Serviços Especializados do Município.

A sessão pública está marcada para ocorrer no dia 16/06/2021, às 08:30 horas.
1.2.O Representante se insurge contra as seguintes disposições do ato convocatório:

1.2.1.Previsão desarmazoadado de participação de micro-empresas e empresas de pequeno porte, considerando o valor estimado do licitante;

1.2.2.Regra que prevê a vedação à participação de empresas impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, sem menção ao dispositivo legal que ampara a vedação;

1.2.3.Vedação à participação de consórcios;

1.2.4.Exigência de visita técnica;

1.2.5.Requisição de demonstrativos de índices contábeis, assinados pelo contador responsável, para verificação da boa situação financeira das proponentes, sem previsão no artigo 31 da Lei 8.666/93;

1.2.6.Restrictividade na exigência de demonstração de índice máximo de endividamento que o Representante considera desarmazoadado e limitador da disputa;

1.2.7.Exigência de prova da regularidade fiscal sem delimitação dos tributos relacionados com o objeto no âmbito estadual e municipal, resultando em exigência genérica e que contempla tributos que não guardam pertinência com o objeto da licitação;

1.2.8.Não aceitação de certidão positiva com efeito de negativa para comprovação da regularidade fiscal;

1.2.9.Quanto à nota técnica, crítica a desclassificação das propostas que não alcançarem nota técnica igual ou superior a 700 pontos e a desproporção entre nota de proposta técnica e nota de proposta comercial;

1.2.10.Defasagem do orçamento da licitação, que tem data-base anterior a 06/06/2021;

1.2.11.Fixação de prazo limite para o licitante impugnar os termos do edital perante a Administração em desacordo com o §2º do artigo 41 da Lei 8.666/93;

1.2.12.Em relação aos requisitos de qualificação técnica, o Representante reclama: i) exigência de CAT para a demonstração da qualificação técnica operacional (item 7.1.6); ii) exigência de prova de quitação do registro no CREA para o profissional (item 7.1.5.2); iii) especificação do tipo de profissional engenheiro quando das parcelas de relevância, sem justificativas (item 7.1.7); iv) exigências excessivas na CAT, sem respaldo na Lei 8.666/93 (item 7.1.4); v) exigência de composição de quadro de profissionais que atuarão no projeto, sem sequer a licitante ter sido tomada vencedora (item 7.1.9.1);

1.2.13.Não observância da Lei 11.445/2007, especialmente os artigos 10-A e 11.

1.3.Nestes termos, requer o Representante seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e o processamento da matéria como exame prévio de edital.

É o relatório.
2.1.DECIDIO

2.1.A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos do Representante nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 22º do Regimento Interno.

2.2.A concessão da medida liminar de suspensão do certame é ato que se impõe neste momento para permitir a análise das possíveis impropriedades trazidas na representação, especialmente diante do exame sumaríssimo do processamento do Exame Prévio de Edital, de cognição não plena do ato convocatório.

2.3.Neste sentido, entre as questões apresentadas, a requisição de prova de quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia como requisito de habilitação, a previsão de desclassificação de propostas que não atingirem nota técnica mínima e a requisição de demonstrativos de índices contábeis sem qualquer preceito legal superam indícios de destinação ao artigo 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/93 e à jurisprudência deste E. Tribunal.

2.4. Deste modo, entendo que as questões em destaque mostram-se suficientes para uma intervenção desta Corte, com o intuito de suspender o prosseguimento do certame, para análise da matéria em sede de exame prévio de edital.

2.5.Ante o exposto, tendo em conta que a data de abertura da sessão pública está marcada para o dia 16/06/2021, com fundamento no artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno desta Tribunal, DETERMINO A IMEDIATA PARALISAÇÃO DO PROCEDIMENTO, até a ulterior deliberação por esta Corte, devendo a Comissão de Licitação abster-se da realização ou prosseguimento de qualquer ato a ele relacionado, ressalvada a possibilidade de revogação ou anulação do procedimento, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93.

2.6.Fixo o prazo máximo de 05 (cinco) dias à PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA para que apresente cópia integral do Edital e dos seus Anexos, para o exame previsto no artigo 113, §2º, da Lei nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique que a este Tribunal que a cópia do Edital acostada aos autos pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do Edital original.

Cabrerá à Administração, no mesmo prazo, apresentar as alegações e esclarecimentos que julgar oportunos em relação a todas as insurgenças levantadas na representação.

Alerto que o não atendimento à requisição de remessa de cópia do Edital (ou confirmação de autenticidade da cópia trazida pelo representante) poderá implicar na cominação das sanções do artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93 c.c. artigo 224, inciso I, do Regimento Interno desta Corte.

Na hipótese de a Representada exercer a prerrogativa de anular ou revogar o procedimento licitatório em exame, nos termos das Súmulas nºs 346 e 473 do C. STJ, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, para a espécie dos autos, deverá encaminhar o parecer devidamente fundamentado, com aprovação do responsável competente do órgão, bem assim a respectiva publicação do ato de revogação ou anulação na imprensa oficial, sendo que, a ausência do atendimento desta determinação, incidirá igualmente na aplicação de sanção nos termos dos artigos supracitados.

Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados.

Transcorrido o prazo concedido para o oferecimento de justificativas, encaminhem-se os autos para manifestação da Assessoria Técnica e do d. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

D E S P A C H O
PROCESSO:00003978.989.20-0
ORGÃO:CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS (CNPJ 05.448.935/0001-03)

INTERESSADO(A):ROBERTO DA PENHA RAMOS (CPF 071.275.558-06)

ADVOGADOS(A/S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 444.821) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821)

ASSUNTO:Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO:2020 INSTRUÇÃO POR:UR-03

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho, no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 23.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO:00022214.989.20-4

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAE (CNPJ 46.522.959/0001-98)

ADVOGADO: NORBERTO FONTANELLI PRESTES DE ABREU E SILVA (OAB/SP 172.253) / GREGÓRIO BATTAZZA LONZA (OAB/SP 182.332)

CONTRATADO(A/S):JAI CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI (CNPJ 02.232.509/0001-95)

INTERESSADO(A/S):FRANCISCO MARCELO OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 155.967.468-78)

ÁTILA CESAR MONTEIRO JACOMISSI - PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO (CPF 155.928.978-39)

ADVOGADOS: IZABELLE PAES OMENA DE OLIVEIRA LIMA (OAB/SP 196.272) / CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226) / RAFAEL CEZAR DOS SANTOS (OAB/SP 342.475) (OAB/SP 424.151)

DENISE LENHARE ZIRONDI - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CPF 163.473.778-45)

ANTÔNIO DE JESUS SANCHEZ LAJARIAN - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO (CPF 852.447.168-91)

JORGE DE ALENCAR CHATAK DE MELO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 011.636.918-36)

ASSUNTO:EXECUÇÃO DO CONTRATO: 101/2019, de 12/12/2019 - OBJETO: Obra de Conclusão do Conjunto Habitacional Jardim Kennedy

EXERCÍCIO:2019 INSTRUÇÃO POR:DOF-06 PROCESSO PRINCIPAL:22098.989.20-5

Considerando o quanto notificado no relatório de instrução constante do evento 46, assinado aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para se manifestarem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, acerca da recomendação proposta pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00011208.989.21-0

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA (CNPJ 44.765.928/0001-01)

ADVOGADO: MARCELO TORRES FREITAS (OAB/SP 131.543) INTERESSADO(A): EDUARDO RIBEIRO BARISON (CPF 158.646.488-41)

ASSUNTO: Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 06/2012 - DOE de 18/10/2012. Alterada pela Resolução nº 09/2014.

EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-06 Fica prejudicado o pedido de dilação de prazo requerido na petição de evento 21, diante da apresentação de Justificativas de evento 23 dos autos.

Publique-se.